

RELATOS DE CASO

A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA NO TRABALHO COM FAMÍLIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

THE EMANCIPATORY SEX EDUCATION IN WORK WITH FAMILIES AT THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER

LA EDUCACIÓN SEXUAL EMANCIPATORIA EN EL TRABAJO CON FAMILIAS EN EL CENTRO DE REFERENCIA DE ASISTENCIA SOCIAL

Ligia Caroline Pereira Pimenta¹  Celia Regina Rangel Nascimento² 

Resumo: Educar pessoas para uma sexualidade emancipatória consiste em oferecer informações que minimizem as influências negativas decorrentes de práticas repressivas e coercitivas, comumente presentes na sociedade. Considera-se que os serviços da Proteção Básica da Assistência Social podem proporcionar um espaço adequado para o desenvolvimento desse trabalho. Assim, este artigo apresenta um relato de experiência sobre o trabalho realizado com famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de um município do Espírito Santo. São descritas atividades grupais voltadas para a educação sexual, realizadas ao longo de 2019, com três segmentos do público atendido no CRAS: famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhadas pela equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família. Foram utilizadas metodologias mistas, como exibição de documentários, rodas de conversa e *quizzes* interativos. As experiências foram analisadas à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, a qual destaca a importância dos programas sociais e das políticas públicas para a promoção de um desenvolvimento saudável. Constatou-se que o acolhimento da equipe psicossocial às demandas dos participantes contribuiu para a ampliação do debate sobre os temas, favorecendo o processo de educação sexual. Observa-se que, por meio das atividades relatadas, foi possível fortalecer vínculos protetivos comunitários, familiares e institucionais; promover o acesso a informações sobre a vivência segura da sexualidade, benefícios socioassistenciais e saúde reprodutiva; ampliar o autoconhecimento das participantes sobre a saúde integral da mulher e desmistificar o funcionamento corporal e os mecanismos de contágio por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Entretanto, alguns entraves foram identificados na realização das atividades, sendo compreendidos como indicativos da necessidade de que o trabalho da equipe psicossocial esteja alinhado aos documentos orientadores sobre educação em sexualidade e às diretrizes para a atuação do PAIF.

Palavras-chave: Educação sexual; Sexualidade; Desenvolvimento humano; Assistência social.

Abstract: Educating individuals for an emancipatory approach to sexuality involves providing information that mitigates the negative influences of repressive and coercive practices, which are commonly present in society. It is considered that the services of Basic Social Assistance Protection can offer an appropriate space for developing this work. Thus, this article presents an experience report on the work conducted with families in situations of social vulnerability attended at a Social Assistance Reference Center (CRAS) in a municipality of Espírito Santo, Brazil. The study describes group activities focused on sexual education, carried out throughout 2019, with three segments of the population served by CRAS: families experiencing socioeconomic vulnerability assisted by the Comprehensive Family Protection and Assistance Service (PAIF), adolescents from the Social Assistance and Strengthening of Bonds Service (SCFV), and pregnant women benefiting from the Bolsa Família Program. A mixed-methods approach was used, including documentary screenings, discussion circles, and interactive quizzes. The experiences were analyzed through the lens of the Bioecological Theory of Human Development, which highlights the importance of social programs and public policies in promoting healthy development. The findings indicate that the psychosocial team's welcoming approach to participants' concerns contributed to expanding the discussion on these topics, enhancing the sexual education process. It is observed that, through the reported activities,

¹ Mestra em Psicologia Institucional. Prefeitura Municipal de Vitória/ES. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Vitória, Brasil. ligia.pimenta@edu.ufes.br

² Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Vitória, Brasil. celia.nascimento@ufes.br

it was possible to strengthen community, family, and institutional protective bonds; promote access to information on safe sexuality practices, social assistance benefits, and reproductive health; enhance participants' self-knowledge regarding women's comprehensive health; and demystify bodily functions and the transmission of sexually transmitted infections (STI). However, some challenges were encountered during the implementation of the activities. These were understood as indicators of the need for the psychosocial team's work to align with the guidelines set forth in official documents on sexuality education and the directives for PAIF operations.

Keywords: Sex education; Sexuality; Human development; Social assistance.

Resumen: Educar a las personas para una sexualidad emancipatoria implica proporcionar información que minimice las influencias negativas derivadas de prácticas represivas y coercitivas, comúnmente presentes en la sociedad. Se considera que los servicios de Protección Básica de la Asistencia Social pueden ofrecer un espacio adecuado para el desarrollo de este trabajo. Así, este artículo presenta un informe de experiencia sobre el trabajo realizado con familias en situación de vulnerabilidad social atendidas en un Centro de Referencia de la Asistencia Social (CRAS) en un municipio del estado de Espírito Santo, Brasil. Se describen actividades grupales enfocadas en la educación sexual, realizadas a lo largo del año 2019 con tres segmentos de la población atendida en el CRAS: familias en situación de vulnerabilidad socioeconómica acompañadas por el Servicio de Protección y Atención Integral a la Familia (PAIF), adolescentes del Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV) y mujeres embarazadas beneficiarias del Programa Bolsa Familia. Se empleó una metodología mixta que incluyó la proyección de documentales, círculos de debate y cuestionarios interactivos. Las experiencias fueron analizadas a la luz de la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano, la cual resalta la importancia de los programas sociales y las políticas públicas en la promoción de un desarrollo saludable. Se constató que la acogida del equipo psicosocial a las inquietudes de los participantes contribuyó a ampliar el debate sobre estos temas, favoreciendo el proceso de educación sexual. Se observa que, a través de las actividades descritas, fue posible fortalecer los vínculos de protección comunitaria, familiar e institucional; promover el acceso a información sobre prácticas seguras de sexualidad, beneficios socioasistenciales y salud reproductiva; mejorar el autoconocimiento de las participantes sobre la salud integral de la mujer; y desmitificar el funcionamiento corporal y los mecanismos de contagio de infecciones de transmisión sexual (ITS). Sin embargo, se identificaron algunas dificultades en la ejecución de las actividades, entendidas como indicadores de la necesidad de que el trabajo del equipo psicosocial esté alineado con las directrices establecidas en los documentos oficiales sobre educación en sexualidad y en las normativas para la operación del PAIF.

Palabras clave: Educación sexual; Sexualidad; Desarrollo humano; Asistencia social.



Introdução

A sexualidade é um fenômeno da natureza humana, cuja dimensão abarca aspectos que são comportamentais, fisiológicos e biológicos, sociológicos e culturais (Carta de Aveiro, 2010, Figueiró, 2020a, Russell et al., 2020). A Organização Mundial da Saúde ainda integra ao conceito outras expressões afetivas que estão envolvidas na manifestação do fenômeno. São elas: as identidades sexuais e os papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer e a intimidade (Organização Mundial da Saúde, 2006). Verifica-se, portanto, que a sexualidade é percebida e “construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais” (Rodrigues, 2017, p. 19).

Trata-se de um conceito histórico, amplo e complexo (Maia; Ribeiro, 2011), encontrado nas discussões mais remotas na área da ciência psicológica, cujo marco epistemológico se deu com a descoberta da sexualidade infantil apresentada por Freud na obra “*Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (Freud, 2016). No decorrer do século XX, o tema foi abraçado por outras áreas, como as ciências médicas, sociais e educacionais (Bortolini, 2008), dando origem a novos campos de investigação. Um desses campos é a educação sexual (Figueiró, 2020a).

A educação sexual é concebida como um campo do conhecimento, que preza por estudar o fenômeno da sexualidade humana e compor o processo em torno do qual o indivíduo aprende sobre esse (Figueiró, 2020a, Maia & Ribeiro, 2011). Abarca conceitos como o de desenvolvimento humano, equidade de gênero,

direitos reprodutivos e relações sociais (Furlani, 2011; Louro, 2004, Unesco Brasil, 2014). Esse processo de ensino-aprendizagem promove repercussões no desenvolvimento do indivíduo, e é capaz de aprimorar conhecimentos e adicionar recursos com potencial para auxiliar no manejo das diversas e complexas expressões da sexualidade na vida humana, bem como no enfrentamento de adversidades, como as que envolvem a vivência da violência.

No que se refere à vida em comunidade, percebe-se que a sexualidade pode ser representada de variadas formas e com diferentes valores, a depender do contexto estudado (Maia; Ribeiro, 2011). Em algumas localidades, sobretudo aquelas em que persiste a cultura repressiva e nas quais ainda são precárias as ofertas de programas e políticas voltadas para o tema, verifica-se a ocorrência de situações de violências diversas, as quais são submetidas principalmente mulheres e crianças negras (Vitória *et al.*, 2016).

Segundo o Atlas da Violência, as mulheres são frequentemente mais acometidas pela violência do que os homens (Cerqueira *et al.*, 2021). Não se trata apenas de violência sexual, mas violência de gênero e, também, institucional. Consta-se que os atos violentos estão comumente relacionados a elementos que compõem a sexualidade humana. Conforme Carneiro (2017, p. 8), “o recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres, em todas as regiões brasileiras”.

Segundo Russell *et al.* (2020), uma vez que a sexualidade está presente em várias dinâmicas, relacionamentos e culturas, ao longo da vida do indivíduo, a educação sexual “deve ser informada e abordar esses aspectos da sexualidade humana” (p. 596. Tradução nossa). A literatura demonstra que existem diferentes maneiras de se realizar uma educação sexual, entre as quais destacamos: a) intencional ou formal; b) não intencional ou informal; c) emancipatória; d) coercitiva ou repressiva (Figueiró, 2020^a; Maia; Ribeiro, 2011, Women, 2018).

O tipo formal refere-se ao desenvolvido com intencionalidade, isto é, com objetivos e atividades pensadas para a finalidade de educar alguém sobre suas vivências em sexualidade. Já a educação sexual informal consiste num conjunto cotidiano de ações e comportamentos que não são estruturados, mas que influenciam sutilmente no desenvolvimento de quem é a ela submetido (Figueiró, 2020a).

O tipo emancipatório [ou abrangente] é a perspectiva adotada por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Unicef; inclui uma variada gama de conteúdos e está pautado na educação para os direitos humanos (Women, 2018). Implica dizer que esse modelo educativo promove valores de respeito, dignidade, cidadania, criticidade, equidade, democracia, entre outros. Preza, ainda, por munir de informações orientações às crianças e aos adolescentes, sobre os desafios da transição para a vida adulta, com ênfase nas questões de saúde sexual e reprodutiva, violência de gênero, contracepção e afins (Women, 2018).

O tipo coercitivo/repressivo está geralmente associado a valores conservadores, e tende a direcionar comportamentos e afetos negativos sobre o fenômeno. Por exemplo, associar determinados comportamentos sexuais à imoralidade ou a um *status* de antinatural. Nessa perspectiva, a sexualidade é comumente vinculada ao ato sexual, cuja finalidade é exclusivamente a reprodução (Paiva, 2008, Vasconcelos, 1971).

É possível fazer uma integração entre os tipos de educação sexual, posto que uma prática formal pode ser tanto emancipatória quanto coercitiva e o mesmo ocorre com as práticas não intencionais. Neste trabalho prezamos por analisar práticas que são intencionais/formais executadas com objetivo emancipatório. Para entidades internacionais signatárias da Carta de Aveiro (2010), é urgente:

A necessidade de um esforço conjunto dos poderes públicos, nacionais e internacionais, organizações não governamentais e agentes da sociedade civil, no desenho de linhas de ação que encorajem o trabalho colaborativo entre as várias áreas do saber, para a promoção da saúde sexual, no respeito pela igualdade de gênero, multiculturalidade e diversidade sexual. (Carta de Aveiro, 2010, p. 2)

Com esse pressuposto, este trabalho apresenta relato de experiência das atividades grupais voltadas para a educação sexual com famílias, que foram realizadas em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) durante o ano de 2019, no Estado do Espírito Santo. Busca-se discutir a importância da inserção de atividades voltadas para a educação sexual nos equipamentos que atendem as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Considera-se que o tema necessita ser continuamente abordado nas políticas públicas, sobretudo nas que a população tem maior acesso (Saúde, Educação e Assistência Social), uma vez

que, como já mencionado, a sexualidade é intrínseca às relações humanas, manifesta desde o nível individual até as esferas sociais da vida (Maia; Ribeiro, 2011; Russell *et al.*, 2020).

O trabalho sobre sexualidade com famílias no CRAS

O CRAS é um dos equipamentos que compõem Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertando serviços destinados a famílias e indivíduos que estejam vivendo situações de vulnerabilidade socioeconômica, com foco no fortalecimento de vínculos comunitários, familiares e sociais. A centralidade de ações dos serviços normatizados pela Política Nacional de Assistência social (Brasil, 2004) é essencialmente voltada para a vida em família (Oliveira *et al.*, 2019).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é ofertado em todos os CRAS, e tem como objetivo a prevenção da ocorrência de situações de risco e a superação de vulnerabilidades por meio da garantia de acesso a direitos sociais (Pedroso; Moreira, 2017, Brasil, 2004). Nesse direcionamento, cabe à equipe psicossocial elaborar estratégias para suprir determinadas demandas apresentadas pelas famílias referenciadas no CRAS, seja em atendimentos (individuais e grupais) ou nos espaços de controle social.

O profissional de psicologia, em específico, “deve enfatizar as relações da pessoa com os seus contextos, atentar para a prevenção de situações de risco e contribuir para o desenvolvimento de potencialidades pessoais e coletivas” (Crepop, 2008, p. 30). Essa atribuição implica no exercício criativo da atividade desenvolvida, de modo que o psicólogo [e a equipe, como um todo] consiga transpor as adversidades encontradas no cotidiano do serviço para auxiliar as famílias na superação de vulnerabilidades e emancipação (Crepop, 2008, Silva; Corgozinho, 2011).

Os encontros grupais são espaços importantes, onde se torna possível o mapeamento de vulnerabilidades e potencialidades do público atendido. Favorecem também o desenvolvimento de ferramentas metodológicas para o empoderamento das famílias e fortalecimento de seus vínculos sociais e comunitários. Entre as atividades ofertadas no serviço, destacam-se a realização de grupos contínuos com as famílias acompanhadas no PAIF, bem como com os adolescentes inscritos no serviço de convivência, além de outras atividades coletivas de caráter não continuado (Brasil, 2012). Os temas trabalhados nos encontros grupais são escolhidos preferencialmente de forma coletiva em planejamento anual, e sua pertinência é reavaliada ao longo do ano.

No âmbito do PAIF, o tema da sexualidade é sugerido no documento de Orientações Técnicas Sobre o PAIF (Brasil, 2012), abarcado pelo eixo “Os desafios da vida em família”. É necessário que as ações sejam pautadas em evidências científicas que acolham as vivências das famílias, visando a intervir estrategicamente em elementos do contexto imediato no qual elas estão inseridas. Implica dizer que o trabalho, sobretudo com os jovens, além de conscientizar sobre problemas específicos, garantirá “o acesso à informação, serviços e recursos facilitadores de decisões responsáveis sobre sexualidade, relacionamentos e prevenção” (Carta de Aveiro, 2010, p. 3).

O trabalho com famílias deve prezar pela promoção de espaços de orientação e troca de experiências para uma vivência segura da sexualidade, de modo a prevenir a incidência de situações de vulnerabilidade e exposição a riscos à integridade dos indivíduos. São importantes espaços para que, tanto os participantes quanto profissionais envolvidos, possam rever atitudes que são preconceituosas, bem como sentimentos e crenças que possam ter contribuído para experiências limitadas e repressivas da sexualidade (Figueiró, 2020b).

Em 2019, foram realizadas diversas atividades para discussão do tema sexualidade, em um CRAS localizado no estado do Espírito Santo. O método utilizado para os trabalhos consistiu na realização de atividades grupais com famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas no equipamento. Entre essas atividades, foi priorizada para análise neste trabalho a experiência com o grupo de famílias acompanhadas pelo serviço, o grupo de adolescentes matriculados no coletivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o encontro promovido com gestantes – esse realizado em parceria com a Comissão de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil e integrantes de um movimento social formado por mulheres [mães] responsáveis familiares.

Foram produzidos registros a partir do uso de diário de campo, fotografias e prontuário eletrônico. As atividades relatadas a seguir foram desenvolvidas com base nas demandas identificadas em atendimentos

individuais e grupais, bem como nas orientações disponíveis nos documentos oficiais que normatizam o trabalho com famílias no PAIF. Foram voltadas para a educação emancipatória em sexualidade, fortalecimento de vínculos familiares e reflexões sobre a vida comunitária.

As intervenções

Grupo com famílias acompanhadas pelo PAIF

Em 2019, o grupo PAIF no CRAS, onde as atividades foram realizadas, era composto por 57 famílias, tendo frequência de aproximadamente 30 integrantes do gênero feminino. Como ocorre com a maioria das atividades grupais na assistência social (Barbosa; Freitas, 2014), não havia participantes do gênero masculino. A partir dos temas geradores (Freire, 1993), manifestados durante as oficinas com grupos de famílias acompanhadas [ou grupo PAIF] e em atendimentos particularizados, tomou-se a problemática da sexualidade como referência para a elaboração das atividades descritas.

Com os grupos periódicos de famílias acompanhadas foi desenvolvida a seguinte organização: dois encontros presenciais, nos quais foram trabalhados os temas saúde da mulher e direitos reprodutivos, com o objetivo de promover acesso à educação sexual emancipatória. A metodologia utilizada envolveu a exposição oral, rodas de conversa e oferta de atividades com vistas ao fortalecimento de vínculos e empoderamento social por meio do compartilhamento de experiências.

Na primeira oficina, ocorrida em setembro, foram convidadas duas técnicas do Centro de Referência em IST-Aids (IST-Aids) do município em que está localizado o CRAS. As convidadas apresentaram o trabalho desenvolvido no IST-Aids, além de informarem sobre tipos de contraceptivos e métodos de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis existentes.

Durante o encontro, as participantes puderam interagir com os materiais informativos e manusear três tipos de preservativos (2 femininos e 1 masculino). Elas também compartilharam relatos de suas vivências com infecções sexualmente transmissíveis (IST). Além disso, dúvidas sobre funcionamento corporal e mitos sobre as IST também foram discutidas (por exemplo: a) mulheres podem engravidar se sentarem no mesmo assento que um homem estava sentado?; b) é possível engravidar com a prática do coito interrompido?; c) o HIV pode ser transmitido pela saliva ou por compartilhamento de roupas?; d) toda mulher tem candidíase? e) O que é corrimento vaginal?; g) exame preventivo tira a virgindade?).

Em outubro, em alusão ao mês de prevenção ao câncer de mama, optou-se por trabalhar o tema “saúde da mulher”, abordando-o de forma abrangente, com a oficina “Dilemas femininos”, que teve por objetivo promover a reflexão sobre como as vivências cotidianas (sobretudo, de negligências e violências) podem impactar na saúde integral da mulher. Na ocasião, utilizou-se de informações coletadas em atendimentos particularizados para elaborar frases em formas de dilemas.

De modo a garantir o anonimato e sigilo das informações prestadas, as frases foram feitas de maneira generalista. Por exemplo: “ele me bate, mas paga as contas”; “não quero mais engravidar, mas ele não aceita usar preservativo”; “me relaciono com mulheres, por isso não sofro violência”; “meu filho foi preso novamente e não quero visitá-lo, mas não quero que pensem que sou uma péssima mãe”; “minha filha escondeu nosso cartão do bolsa família e não consigo sacar o benefício, por isso não tenho como comprar comida”; “a escola das crianças disse que eu preciso de terapia, mas não tenho dinheiro para pagar”.

As frases foram utilizadas na dinâmica que consistiu em cada participante sortear um papel e compartilhar uma experiência pessoal relacionada à frase escrita. Buscou-se motivar que as participantes compartilhassem também suas estratégias para lidarem com a situação contada.

Os dados coletados a partir dos relatos das integrantes permitiram a identificação de históricos de situações degradantes às quais elas foram submetidas. Entre essas, destacamos: a) violações de direitos por parte de parceiros fixos, como estupro marital; b) vivências de situações de risco biológico, devido à postura de parceiros que se recusam ao uso de preservativo masculino durante a relação sexual; c) violência financeira, onde outros membros da composição familiar extorquiam as participantes para ter acesso integral ao valor dos benefícios de transferência de renda e até mesmo o Benefício de Prestação Continuada; d) violência

psicológica, denotando a drástica diminuição do sentimento de pertença (familiar e comunitária), bem como da autoestima das mulheres atendidas nos grupos.

Constatou-se que muitas das participantes sequer reconheciam-se em condição de vítimas. Posteriormente, parte desses casos foi encaminhado a outros centros de referência para atendimento especializado, como preconiza a Política Nacional de Assistência Social. Conforme Rosa e Nascimento (2018, p. 664), “a mulher precisa, para o enfrentamento da violência, de uma rede de apoio composta de relações estáveis, de serviços qualificados e que funcionem em diferentes horários, além de profissionais preparados”.

Verificou-se, ainda, que o trabalho de educação sexual com essas famílias se mostrou eficaz, no sentido de subsidiar seu processo de empoderamento (seja por terem assumido a gestão financeira do benefício recebido pela família, ou pela busca de atendimento em saúde para exames preventivos e pré-natais). Em alguns casos, ainda foi possível notar o estabelecimento de vínculos solidários e protetivos entre as participantes, demonstrando que dialogar sobre sexualidade não se trata apenas de oferecer informações, mas de promover um espaço de cidadania e segurança para o desenvolvimento do criticismo, de relações de confiança e do autoconhecimento (Bronzo, 2009, Savegnago; Arpini, 2016).

Grupo de Gestantes

Em outubro foi realizado um grupo com gestantes residentes no território atendido, em parceria com a Comissão de Direitos Sociais da OAB e mulheres integrantes de um movimento social. Para a mobilização, foi feito um levantamento prévio de mulheres que estivessem recebendo o Benefício Variável Vinculado à Gestante, que consistia num componente do então Programa Bolsa Família, e que era pago às famílias beneficiárias do programa (com renda per capita de até R\$178,00 e cuja composição familiar tivesse alguma gestante).

O levantamento foi organizado em uma planilha, que subsidiou a localização para mobilização e convite das gestantes, feitos principalmente via telefonema. Além disso, foram produzidos panfletos informativos para convite à participação no grupo. A distribuição dos panfletos ocorreu durante atividades externas da equipe psicossocial (como as visitas domiciliares para famílias atendidas e ações comunitárias).

A programação do encontro contou com a exibição do documentário “Nascer no Brasil” (Fioretti; Leal, 2014), que trata do atendimento a gestantes, parturientes e nutrízes, e foi seguida de uma roda de conversa para compartilhamento de experiências entre as gestantes e os familiares presentes. Durante o debate, a equipe organizadora forneceu às gestantes e familiares informações sobre os direitos socioassistenciais e a importância da elaboração de plano de parto para garantia dos direitos das parturientes.

Estudos, como os de Lansky *et al.* (2019) e de Defilipo *et al.* (2020), demonstraram que mulheres brasileiras têm sido submetidas a situações de violência durante a gestação, parto e estado puerperal. De acordo com Lansky *et al.* (2019), os fatores associados à violência contra gestantes, parturientes e puérperas são: seu estado civil, a inferioridade da renda, a ausência de companheiro, o parto em posição ginecológica, a realização de manobra de Kristeller, bem como a separação precoce do bebê e da mãe no pós-parto.

Noutro espaço do CRAS, concomitante à roda de conversa, foram desenvolvidas duas outras atividades, a saber: pintura corporal no ventre e ensaio fotográfico. As gestantes e familiares que se interessaram fizeram um ensaio fotográfico e as fotos foram entregues em atendimentos de *feedback*, realizados posteriormente. Ao final das atividades também foram distribuídos panfletos sobre os procedimentos para concessão de auxílio natalidade, além de sachês contendo escalda-pés relaxante, fornecidos pelas integrantes do movimento social.

Em consonância com Peixoto *et al.* (2020), compreendemos que a troca de informações sobre experiências favorece o enfrentamento de situações advindas da gestação, parto e do puerpério de forma positiva. Além disso, o grupo de gestantes pode configurar-se como um processo educativo para as participantes, no que se refere às suas limitações, necessidades e tomadas de decisões sobre a gravidez (Rodrigues *et al.*, 2022).

Coletivo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

As reuniões do coletivo de adolescentes fazem parte das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo CRAS (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009). É complementar ao trabalho do PAIF e o objetivo principal é proporcionar aos adolescentes em situação de

vulnerabilidade socioeconômica um espaço seguro para convivência social, com oferta de atividades voltadas para a cidadania, acesso a direitos e inserção no mundo do trabalho (Conselho Nacional de Assistência Social, 2013, Brasil, 2016).

A faixa etária preconizada pelos documentos da PNAS é entre 15 e 17 anos (Brasil, 2016), todavia, a realidade dos coletivos é diferente. A idade dos participantes varia entre 15 e 24 anos, porque uma vez inseridos nas atividades do grupo, os adolescentes e jovens criam vínculos com o serviço e sua participação não se encerra ao atingir a idade máxima. Isso ocorre também devido à falta de outros serviços de convivência destinados especificamente à juventude e à adultez.

A equipe desse serviço é formada por um educador social e um técnico de referência, responsável pela condução das atividades grupais, pelo atendimento aos adolescentes e suas famílias. Além disso, a equipe promove interlocução do SCFV com outros serviços ofertados pelo CRAS, escola, UBS, para superação da situação de vulnerabilidade presente no cotidiano dos adolescentes.

Quando alguma situação-problema ocorre no âmbito do coletivo, é comum que a equipe psicossocial PAIF seja acionada para uma ação conjunta. Assim, diante das demandas apresentadas pelos adolescentes, foi realizada uma oficina sobre Vivência Segura da Sexualidade. Prezando pela ludicidade como ferramenta importante para a aprendizagem, a psicóloga responsável conduziu um Quiz com informações verdadeiras e falsas sobre a vivência da sexualidade, a saber: a) a camisinha não protege contra todos os tipos de IST; b) quem tem IST não pode doar sangue; c) transar com pessoa bonita, limpinha e cheirosa não precisa de camisinha; e) IST podem ser transmitidas por picadas de inseto; f) gestantes com IST podem transmitir a infecção para o feto; g) não é necessário usar preservativo durante a menstruação; h) masturbar o(a) parceiro(a) não transmite IST; i) relação sexual pode enlanguescer a vagina; j) lavar o pênis ajuda a prevenir câncer nesse órgão.

Os adolescentes formaram grupos e responderam ao Quiz, compartilhando informações, dúvidas (qual o melhor contraceptivo?; por que o aborto é proibido? onde os adolescentes podem ir para fazer exames de IST?; sexo oral pode transmitir IST?) e experiências (sobre a periodicidade dos exames preventivos, estratégias para fazer o parceiro aceitar usar preservativo, estratégias para conversar com a família sobre sexo, higiene corporal pós relação sexual, como fazer um teste de gravidez etc.).

Ao final do encontro, o coletivo avaliou positivamente o processo respondendo às perguntas feitas pela psicóloga (O que aprenderam? O que foi importante para você nessa atividade? Onde mais podemos realizar esse Quiz? O que podemos melhorar no jogo?). Os adolescentes ponderaram que atividades como a realizada deveriam ser periódicas, pois novos adolescentes que passarem a participar das reuniões poderiam ter acesso ao conteúdo – além de esse se tratar de um importante tema para o grupo (Savegnago; Arpini, 2016).

O trabalho educativo em sexualidade com o público adolescente tem significativa importância, pois favorece o estreitamento de vínculos afetivos (entre os próprios membros do coletivo e entre o coletivo e a equipe do CRAS) e o acesso a informações sobre a sexualidade humana durante a adolescência. É uma ferramenta de promoção da saúde sexual e reprodutiva para os adolescentes (Sampaio *et al.*, 2015) e também viabiliza reflexões sobre questões de gênero, classe (Maheirie *et al.*, 2005) e raça, com vias à emancipação do pensamento, exercício da cidadania, e acesso a direitos.

Discussão

A vida comunitária é repleta de experiências que são promotoras do desenvolvimento humano. Para compreender e intervir sobre situações-problema, é necessário investigar como essas vivências [e outros elementos do desenvolvimento] reverberam no cotidiano dos indivíduos. À luz da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, verifica-se que, tal qual apregoa a PNAS, nenhuma intervenção pode ser feita sem levar em consideração o contexto no qual os indivíduos estão inseridos (Brasil, 2004; Bronfenbrenner, 2001, Tudge, 2012). Isso porque o desenvolvimento humano “emerge da inter-relação entre indivíduo e contexto” (Tudge, 2012, p. 212).

Conforme Maia e Ribeiro (2011), a sexualidade humana se expressa de maneira particular, mas também em elementos que são de ordem coletiva, atualizados “em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização” (p. 76). Assim, o trabalho educativo no CRAS deve se fundamentar na perspectiva de

uma educação integral e emancipatória em sexualidade, pressupondo a inserção de debates transversais, com temas que vão além dos diretamente relacionados ao ciclo da vida sexual dos indivíduos (Brasil, 2012, Unesco Brasil, 2014).

Necessita, ainda, ser ofertado de maneira contínua e integrada com outros serviços, além de abarcar as vivências dos indivíduos atendidos (Carta de Aveiro, 2010). Segundo o guia de orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade, tais práticas “em contextos não formais e comunitários têm o potencial de alcançar jovens que estão fora da escola, bem como populações de jovens mais vulneráveis e marginalizados” (Women, 2018, p. 19-20).

Bronfenbrenner (2001) aponta que o trabalho social ofertado em serviços públicos, desde que compreenda o processo de desenvolvimento humano em sua complexidade e integralidade, pode ser capaz de intervir positivamente sobre o desenvolvimento, amenizando o impacto de vivências negativas e algumas vulnerabilidades que advêm das desigualdades sociais. Os profissionais podem buscar apoios externos ao serviço, promovendo, assim, a cooperação entre os equipamentos públicos, movimentos sociais, entidades não governamentais (Carta de Aveiro, 2010).

Educar pessoas para uma sexualidade emancipatória consiste em ofertar informações que possam minimizar as influências negativas advindas de práticas repressivas e coercitivas, comumente presentes na sociedade (Figueiró, 2020b). Isso é feito por meio do acolhimento de angústias, de dúvidas e de afetos sobre a sexualidade.

No caso das atividades narradas anteriormente, analisa-se que foi justamente o acolhimento da equipe psicossocial para as demandas expostas pelos participantes dos grupos que proporcionou a ampliação do debate sobre os temas, favorecendo o seu processo de aprendizagem em torno do fenômeno da sexualidade. Além disso, as atividades narradas corroboram com o disposto nos documentos orientativos no que tange à oferta de atendimento integral aos indivíduos que buscam os serviços do CRAS para empoderamento, superação de adversidades e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares (Brasil, 2014).

Em consonância com o exposto por Russell *et al.* (2020), Maia e Ribeiro (2011) e pelo referencial teórico de Bronfenbrenner (2001), reafirma-se que qualquer ação voltada para a educação sexual emancipatória precisa levar em consideração as vivências dos indivíduos, além de ser imprescindível que as informações oferecidas estejam pautadas em informações científicas relevantes e atualizadas.

Considerações

A partir das experiências relatadas, reafirma-se a urgência do desenvolvimento de atividades de educação sexual voltadas para a emancipação dos indivíduos como parte do trabalho com famílias no PAIF e nos SCFV. Vislumbra-se que, por meio de práticas emancipatórias seja viável: a) possibilitar a interrupção de ciclos de violência; b) promover práticas e espaços protetivos na comunidade; c) minimizar os efeitos negativos de vivências e vulnerabilidades; d) ofertar e compartilhar novos conhecimentos e informações; e) fortalecer vínculos protetivos comunitários e familiares.

Destaca-se que alguns entraves para a realização das atividades foram encontrados. Parte da equipe psicossocial alegou não se sentir apta para abordar o tema da sexualidade com as famílias atendidas, sob a justificativa de que caberia ao profissional de psicologia se encarregar das atividades grupais. Outra alegação foi a de que a educação em sexualidade deveria ser prerrogativa das equipes de saúde, e não de assistência social. A equipe da unidade básica de saúde do território atendido, por sua vez, não aceitou o convite para o planejamento e execução das atividades grupais.

Devido à dificuldade de mobilização das equipes, de consenso entre as chefias, bem como a pandemia mundial de Covid-19, as atividades grupais para educação em sexualidade foram descontinuadas no ano seguinte (2020). No entanto, avalia-se que as experiências narradas neste artigo demonstram a importância de se oportunizar espaços voltados para educação sexual emancipatória nos CRAS, e para isso é imprescindível que o trabalho da equipe psicossocial esteja em consonância com o disposto nos documentos orientativos para educação em sexualidade (Carta de Aveiro, 2010, Women, 2018) e para o trabalho do PAIF (Brasil, 2012).

Referências

- BARBOSA, D. O.; FREITAS, R. D. C. S. *A invisibilidade dos homens na proteção social básica: Um debate sobre gênero e masculinidades*. OPSIS, v. 13, n. 2, p. 58–83, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/23131/15908>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BORTOLINI, A. *Diversidade Sexual na escola*. 2 ed. Rio de Janeiro: Pró-reitoria de extensão/UFRJ, 2008.
- BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. v. 2. Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família –PAIF. Brasília: 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica*. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BRONFENBRENNER, U. *The bioecological theory of human development*. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Eds.). *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Elsevier: 2001.
- BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*, p. 171–201. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.
- CARNEIRO, S. *Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números*. 1 ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%AANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.
- CARTA DE AVEIRO. Sexualidade e educação sexual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: POLÍTICAS EDUCATIVAS, INVESTIGAÇÃO E PRÁTICAS, I., *Anais [...]*, Universidade de Aveiro, 2010. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/ciieinforma/4/3/CartaAveiro.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2021.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Referências técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CREPOP, 2008. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-crepop-cras-suas.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2021.
- CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da Violência*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2013. *Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS, 2013. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=4188>. Acesso em: 18 maio. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: CNAS, 2009.

DEFILIPO, E. C.; CHAGAS, P. S. C.; RIBEIRO, L. C. Violence against pregnant women and associated factors in the city of Governador Valadares. *Revista De Saúde Pública*, v. 54, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pYcWnH9DRHw5SmSxLFCTsBK/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação Sexual no dia a dia*. 2 ed. Edue, 2020a. [Ebook].

FIGUEIRÓ, M. N. D. O psicólogo e a educação sexual. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, v. 21, n. 40, p. 131-140, 2020b. Disponível em: <https://publicacoes.unifil.br/index.php/Revistatest/article/view/1301>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FIORETTI, B.; LEAL, M. C. *Nascer no Brasil: O retrato do nascimento na voz das mulheres*. Rio de Janeiro: Video Saúde Distribuidora da Fiocruz, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e terra, 1993.

LANSKY, S.; SOUZA, K. V.; PEIXOTO, E. R. M.; OLIVEIRA, B. J.; DINIZ, C. S. G. et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrjj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação*, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124985>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MAHEIRIE, K.; URNAU, L. C.; VAVASSORI, M. B.; ORLANDI, R.; BAIERLE, R. E. Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: Um relato de experiência. *Psicologia em Estudo*, v. 10, p. 537-542, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9GKFvVSWPMLNNPkGmvcLFHt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

OLIVEIRA, T. G.; BATTISTELLI, B. M.; CRUZ, L. R. DA. Direitos sexuais e reprodutivos: aproximações com a assistência social. *Revista Eletrônica Científica Da UERGS*, v. 5, n. 2, p. 170-181, 2019. Disponível em: <https://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/1938>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Departamento de saúde reprodutiva e investigação. *Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health*. 2005. Geneva. Disponível em: https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2009/defining_sexual_health.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*, v. 13, n. 4, p. 641-651, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/64cZ3VhdyLrpf6FzS8t95Mc/?lang=pt#>. Acesso em: 18 maio. 2024.

PEDROSO, J. M. V.; MOREIRA, L. N. F. O processo grupal no CRAS: a experiência com grupo de mulheres em Telêmaco Borba-PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., *Anais [...]*, Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/133647.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

PEIXOTO, I. V. P.; NAZARÉ, M. B. R. L.; SANTOS, R. L.; PEIXOTO, K. D. P.; BANDEIRA, F. J. S.; MARTINS, M. B. P. A importância da educação em saúde para as gestantes durante o acompanhamento do ciclo gravídico puerperal. *Saúde Coletiva*, v. 10, n. 57, p. 3607-3620, 2020. Disponível em: <http://revistasau decoletiva.com.br/index.php/sau decoletiva/article/view/951>. Acesso em: 18 maio. 2024.

RODRIGUES, S. S. Concepções de profissionais da educação e saúde em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). UNESP, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/151756>. Acesso em: 03 abr. 2024.

RODRIGUES, G. O.; JARDILINO, D. S.; MACIEL, N. S.; FERREIRA, D. S.; CHAVES, A. F. L.; COSTA, C. C. Conhecimento, atitude e prática de gestantes antes e após intervenção grupal. *Enfermería Global*, v. 21, n. 2, p. 235-273, 2022. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1695-61412022000200235&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2024.

ROSA, N. F.; NASCIMENTO, C. R. R. O CREAS PAEFI na perspectiva de mulheres vítimas de violência e profissionais: Uma análise a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Psicologia em Revista*, v. 24, n. 3, p. 661-685, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682018000300002&script=sci_abstract. Acesso em: 08 fev. 2024.

RUSSELL, S. T.; MALLORY, A. B.; BISHOP, M. D.; DORRI, A. A. Innovation and integration of sexuality in family life education. *Family Relations*, v. 69, n. 3, p. 595-613, 2020. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8478349/>. Acesso em: 18 maio. 2024.

SAMPAIO, J.; SANTOS, G. C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A. S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: Uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, p. 1299-1311, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNND/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. A abordagem do tema sexualidade no contexto familiar: o ponto de vista de mães de adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 1, p. 130-144, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XrMdF8pCgCkVyRT3KJFCZcG/>. Acesso em: 14 janeiro, 2025.

SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TUDGE, J. A teoria de UrieBronfenbrenner: uma teoria contextualista? In: MOREIRA, L., E.; CARVALHO, A. M. A. (orgs). *Família e educação: olhares da psicologia*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

UNESCO. Brasil. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos em aprendizagem*. Brasília: Unesco Publishing, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>. Acesso em: 18 maio. 2024.

VASCONCELOS, N. *Os dogmatismos sexuais*. São Paulo: Paz e Terra, 1971.

VITÓRIA, C.; FARIA, N.; MORENO, T. *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho*. Sempreviva Organização Feminista, 2016. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Cartilha-conservadorismo-web-1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

WOMEN, U. N. et al. *International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach*. Geneva: UNESCO Publishing, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260770>. Acesso em: 18 fev. 2024.

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 10/03/2025